

Medida Provisória nº 258, de 21.07.2005

Emenda Aditiva

Adicione o inciso III ao artigo 12 e modifique-se o seu § 2º dando-lhes a seguinte redação:

'Art.12.....

III - em cargos de Procurador da União da Carreira referida no art. 8º, os cargos efetivos, ocupados e vagos, de Procurador da Fazenda Nacional e Procurador Federal, de que trata o do art. 1º da MP nº 2.048-28, de 28 de agosto de 2000.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se aos servidores aposentados em cargos das Carreiras mencionadas nos incisos I, II e III, bem como aos seus beneficiários de pensão."

JUSTIFICATIVA

A consultoria, a representação, judicial e extrajudicial, e a apuração da liquidez e certeza da dívida ativa da União, relativas às contribuições sociais vem sendo realizada pelos Procuradores Federais, desde a criação das antigas Caixas de Aposentadoria e Pensão, inclusive tendo dado margem ao incremento sistemático de arrecadação, tendo neste exercício de 2005 superado o exercício anterior (2004) em 40%. Por outro lado, toda a estrutura material e humana é especializada, não podendo ser desprezada, tendo em vista que a Procuradoria da Fazenda Nacional pela demanda existente, não consegue exercer as suas próprias funções institucionais plenamente, quanto mais os que se pretende acrescentar - que, vale ressaltar, não é pouco - conforme determinado no artigo 14, pois até pelo fato de ser uma Procuradoria Federal Especializada – PFE/INSS, possui mais habilitação técnica, além da vasta experiência adquirida ao longo dos anos e já está estruturada em todo o território nacional. Demais disso, tal aproveitamento evitaria a contratação de 1.200(um mil e duzentos) novos procuradores para a PGFN, prevista no art. 18 da MP nº 258/2005, que oneraria, sobremaneira, os cofres públicos, além de permitir o aproveitamento da notória especialização.

SALA DAS SESSÕES, 28 DE JULHO DE 2005.

ALBERTO FRAGA
DEPUTADO FEDERAL
PFL/DF